

A luta por reconhecimento em Falas de Orgulho

ERCIO SENA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas. Integrante do grupo Mídia e Narrativa. Coordenador do Centro de Crítica da Mídia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6683-2182> E-mail: erciosena@gmail.com

MARCELA VOUGUINHA

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Mestra em Comunicação pela PUC Minas. Integrante do grupo DIALORG - (PUC Minas/CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7931-965X> E-mail: mvouguinha@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o programa *Falas de Orgulho* da TV Globo, que promove e destaca vozes da comunidade LGBTQIA+. Utilizando a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, o estudo examina como essas representações refletem as complexidades das relações sociais, culturais e organizacionais, bem como os limites da narrativa midiática na problematização do reconhecimento da comunidade LGBTQIA+. A análise crítica do programa reflexiona como o debate sobre o reconhecimento pode desafiar e potencialmente transformar práticas sociais.

Palavras-chave: Comunicação Organizacional; Diversidade; Reconhecimento; Falas de Orgulho, LGBTQIA+.

ABSTRACT

This article analyzes the TV Globo program Falas de Orgulho, which promotes and highlights voices from the LGBTQIA+ community. Using Axel Honneth's theory of recognition, the study examines how these representations reflect the complexities of social, cultural, and organizational relations, as well as the limits of media narrative in problematizing the recognition of the LGBTQIA+ community. The critical analysis of the program reflects how the debate on recognition can challenge and potentially transform social practices.

Keywords: *Organizational Communication; Diversity; Recognition; Falas de Orgulho; LGBTQIA+.*

DINÂMICAS COMPLEXAS DA DIVERSIDADE NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES

Ao refletirmos sobre o papel das organizações na sociedade contemporânea, identificamos a intrínseca relação de ambas e apreendemos, concordando com Baldissera (2009), que as organizações são simultaneamente “produto e produtoras da sociedade”, atuando como reflexo das ações socioculturais e como agentes transformadores delas. Ou seja, na mesma medida em que a sociedade se estrutura e evolui, as organizações, por sua vez, se desenvolvem e influenciam o tecido sociocultural, (retro)agindo. As organizações não apenas refletem as dinâmicas sociais, mas também moldam e são moldadas por elas, criando um ciclo contínuo de influência mútua.

Nesse contexto, os estudos e pesquisas sobre a comunicação no contexto das organizações não refletem apenas como ela ocorre, mas essencialmente como a organização se desenvolve pela comunicação. É preciso, portanto, considerar o *outro* como interlocutor, assim como o contexto, os condicionamentos internos e externos, as políticas e ações e os aspectos simbólicos que marcam as dinâmicas de construção de relacionamentos que não se reduzem à transmissão ou troca de mensagens. A organização é percebida como sujeito complexo que, em interação com os outros, se caracteriza por um dado contexto de interações (Marques; Oliveira, 2015).

Essencialmente formadas por pessoas e pelas relações que estabelecem, seja em ambientes físicos ou virtuais, as organizações, bem como os movimentos sociais, temporais e circunstanciais, tratam pautas específicas com variações de relevância. Nas últimas décadas, especialmente em tempos recentes, as narrativas e ações voltadas para a diversidade têm se acentuado. Entre outros fatores, as redes sociais digitais têm facilitado a propagação de demandas de grupos diversos e, por vezes, minoritários, que passam a suscitar nas organizações a necessidade de se alinharem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela “Agenda 2030” da Organização das Nações Unidas - ONU (Ferrari; Cabral, 2019). Entre as metas definidas que envolvem instituições governamentais de todo o mundo, organizações privadas, públicas e do terceiro setor estão: o combate às desigualdades dentro e entre os países; a construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas; a proteção dos direitos humanos, do planeta e de seus recursos naturais; bem como a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.

Autores de diversas áreas de conhecimento têm se debruçado sobre a diversidade e os movimentos que propõem a reflexão sobre essa temática. Eles têm sido objeto de debate nos mais variados espaços, evidenciando a sua complexidade, uma vez que necessariamente implicam em posicionamento político e relações de poder. Cabe destacar aqui, considerando os objetivos deste trabalho, que nosso foco não é a elaboração de uma conceituação particular do

que é diversidade, mas sim, à luz das teorizações de autores reconhecidos, melhor compreender essa noção e adotar a concepção que se apresenta pertinente para embasar a análise proposta.

Os contextos organizacionais são mais um espaço onde é possível analisar a diversidade, sendo fundamental reconhecer que a temática não é exclusiva desses ambientes. A diversidade, entre outras abordagens, revela como a sociedade lida com as diferenças e as integra em suas interações e processos. Nesse sentido, Silva (2013) sugere que a compreensão das diversidades deve partir das diferenças, vistas como um processo contínuo de interpretação e reinterpretação. Sob essa ótica, a diferença frequentemente se associa à ideia de não existência, onde o “normal”, aceito pela maioria, se contrapõe ao “diferente”, que é marginalizado ou excluído. O autor ainda destaca que tanto a identidade quanto a diferença são construções sociais sujeitas a relações de poder, em que afirmações identitárias implicam uma série de negações de outras identidades, refletindo dinâmicas de poder e hierarquias sociais.

A reflexão sobre diversidade, conforme a concepção de Davis (1981-2016), necessita contemplar a perspectiva interseccional. A abordagem interseccional proporciona uma análise crítica do conceito de diversidade ao examinar como os elementos identitários, como raça, classe e gênero, se entrecruzam, gerando preconceitos, estereótipos e estigmatização. Essa perspectiva vai além da simples identificação de sistemas de opressão, buscando uma compreensão integrada das complexidades das identidades e das desigualdades sociais. É fundamental compreender que as categorias, raça, classe e gênero não devem ser hierarquizadas ou isoladas, mas analisadas em suas mútuas relações e intersecções. Essa abordagem evita a primazia de uma categoria sobre as outras e reflete uma análise abrangente e dinâmica das experiências sociais.

Com base nas teorias brevemente discutidas, é evidente que as organizações devem adotar abordagens mais reflexivas e integradas para lidar com as questões de diversidade, levando em conta a necessidade de um entendimento profundo das relações também complexas entre identidade e poder. Ao refletirmos sobre a intrínseca relação entre diversidade e organizações, percebemos que o reconhecimento desempenha um papel crucial na formação das experiências sociais e culturais. Assim, a análise das práticas organizacionais e das políticas de diversidade se torna incompleta sem considerar como essas questões são abordadas e retratadas na mídia.

Nesta perspectiva, inserimos o programa *Falas de Orgulho*, exibido pela TV Globo, como um exemplo significativo do modo como a mídia aborda e promove o reconhecimento a diferentes identidades. O programa celebra as conquistas e contribuições da comunidade LGBT no dia do orgulho (28 de junho) e expõe ainda as dificuldades enfrentadas por ela na busca de saídas necessárias à sua sobrevivência. Neste contexto, a teoria do reconhecimento proposta por Honneth (2003) torna-se um recurso importante para entendermos os quadros em que essas

representações são articuladas no discurso sobre a inclusão social dessa comunidade, em diálogo com as práticas e as normas vigentes na vida social.

FALAS DE ORGULHO E RECONHECIMENTO

Falas de orgulho, dirigido por Antônia Prado (2024), se insere no *Projeto Falas*, uma série de programas exibidos pela TV Globo. Inicialmente com o nome *Projeto Identidade*, a proposta chega ao público no dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2020, destacando personalidades que contaram as suas histórias de vida (Projeto, 2023). Ao explorar questões e temáticas que envolvem lutas por direitos, a programação percorreu temas como *Falas da Terra* em que mulheres indígenas e suas visões de mundo são destacadas e *Falas do Orgulho* que mostrou o relacionamento entre uma mulher cis e uma mulher trans na edição de 2023. O projeto ainda trabalhou questões como *Falas Femininas*, *Falas da Vida* e *Falas Negras*, exibidos em formato de documentários.

No programa *Falas de Orgulho* de 2024, a proposta foi ir além da denúncia da realidade vivida pela comunidade LGBTQIA+, buscando mostrar o potencial, o talento e a importância do acolhimento a essa comunidade. O programa trabalhou com diagnósticos, mas também com celebrações, enaltecendo práticas e realizações pessoais que exaltam o orgulho LGBTQIA+ (O especial, 2024).

O programa se divide em sete fases curtas. Inicialmente a jornalista e bissexual Leilane Neubarth apresenta o objetivo de se comprometer com a luta por oportunidades de trabalho iguais para todos. Durante o programa ela conduz o espectador a diferentes experimentos sociais sobre a comunidade LGBTQIA+. Na apresentação inicial, o diagnóstico destaca a condição de exclusão dessa parcela da população brasileira: 79% dos homens e 90% das mulheres trans revelam ter sofrido discriminação no ambiente de trabalho e 95% das pessoas LGBT acreditam que existem preconceitos nas empresas que dificultam o crescimento profissional. O trabalho que dignifica o homem branco nem sempre traz o mesmo reconhecimento para esta comunidade, conclui Neubarth.

Na produção audiovisual, as constantes situações retratadas estarão articuladas com questões caras à teoria do reconhecimento. No trabalho de Honneth (2003), essa teoria surge no plano de uma abordagem sobre a intersubjetividade. O programa propõe uma interpelação constante em favor dos direitos dos LGBTs, articulando para esta finalidade as formas que

estão na base do reconhecimento com destaque para a importância do amor, além da questão dos direitos sociais e a construção da autoestima em diferentes situações propostas no breve documentário.

A imagem corta para outro cenário em que as pessoas LGBTQIA+ são descritas em estereótipos, nem sempre articulados com a ideia de um bom desempenho profissional. A segunda fase do programa, então, se inicia com um experimento. “É comum ver uma lésbica ou uma bissexual como sinônimo de competência?” (Neubarth, 2024). Essa fase do programa refletirá os estereótipos, conforme entendemos a partir de Hall (2009), como características comuns, facilmente assimiláveis, compreendidas e amplamente reconhecidas que reduzem um indivíduo ou grupo a esses traços. Além disso, a estereotipagem “[...] implanta uma estratégia de ‘cisão’ que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. Em seguida, exclui ou *expelle* tudo o que não cabe, o que é diferente” (Hall, 2009, p. 191). Os estereótipos indicam aqueles que devem ser excluídos, diferenciando-os dos tipos normais. É esse o sentido que o experimento encenado no programa vai buscar quando pergunta aos empregadores e chefes de empresas como as pessoas LGBTQIA+ são percebidas no mercado de trabalho?

Por meio dessa dinâmica, questões sobre quem aparenta ser mais profissional, pontual ou engraçado são feitas aos convidados gestores. Quem dessas pessoas aparenta ser médico, advogado criminalista, ou guarda municipal? Ninguém acerta a profissão deles. Em seguida, cada profissional da comunidade LGBTQIA+ destaca os obstáculos que tiveram que enfrentar para serem contratados e exercerem suas profissões. A pergunta agora se dirige ao espectador: você contrataria uma pessoa LGBT para trabalhar com você? Na sequência, novos dados acompanham a apresentação com números impactantes: uma morte por homofobia a cada 23 horas no Brasil e 131 pessoas trans assassinadas em 2023. Diante dessa situação, o medo e o aprisionamento são apresentados como consequência desse quadro. “Sair do armário” é um risco para eles e para quem os ama. O amor é acionado como arma de enfrentamento dessa situação, destacando-o como uma forma essencial de reconhecimento para essa comunidade.

Em Honneth (2003), o amor é tratado como um dos três fundamentos do reconhecimento. Ao lado do direito e da estima social, ele é considerado essencial, pois, por meio dele, o indivíduo desenvolve a autoconfiança necessária para uma participação igualitária na formação política. A luta pelo reconhecimento ocorre sempre em contextos de conflitos decorrentes do desrespeito social enfrentado por indivíduos. Honneth entende que as relações primárias de afeto como o amor são conexões fundamentais para o reconhecimento mútuo. Através delas, os indivíduos são incentivados emocionalmente, favorecendo a construção da sua autoestima. O objetivo dessa forma de reconhecimento é alcançar sentimentos positivos com outros seres humanos, os quais geralmente não se aplicam indiscriminadamente a um grande número de parceiros de interação,

além do círculo social das relações primárias. Ao longo do programa que analisamos, o amor será uma condição recorrente e destacada nas experiências positivas dos grupos LGBTQIA+.

Na terceira fase do programa, temos um conjunto de depoimentos de mães que aceitaram a condição de seus filhos os apoiando. Avulta-se a importância do acolhimento da condição de cada um como um ato libertador. As mães são personagens centrais nessas narrativas, indicando a importância da família na socialização desses sujeitos. Uma delas é destaque em um depoimento emocionado no qual relata o assassinato do filho, um adolescente de 14 anos de idade, morto em 2010 depois de um sequestro seguido de tortura. Esse momento se encerra com a afirmação da apresentadora: "A sexualidade é definida ainda na gestação como qualquer outra característica biológica, mas o Brasil insiste em punir a comunidade LGBT" (Neubarth, 2024). Novos dados reforçam o diagnóstico inicial do problema, agora acentuando as características da violência que recai sobre a comunidade ao salientar que, pelo quarto ano consecutivo, o Brasil é apontado como o país que mais mata LGBTs.

A apresentadora inicia uma nova fase do programa, argumentando que a constituição garante igualdade de todos perante a lei, mas pondera que na vida cotidiana as coisas são diferentes. A partir desse gancho um novo enquadramento marca a quarta fase do programa, apresentando casais héteros e suas diferenças de comportamentos em comparação com os LGBTs. Nesse momento, os héteros contam suas experiências de andarem de mãos dadas, de dançarem pelas ruas, mostrando que essas práticas não os colocam em risco, ao contrário dos casais LGBTQIA+. De modo diverso, essa comunidade relata cuidados para evitar agressões por namorar em público. Situações de afeto trocadas entre casais héteros não são vistas como incentivo ao comportamento de crianças, mas, quando envolve casais LGBTs, a visão é diferente. Em geral, são acusados de induzir crianças ao mau comportamento. Esses casais relatam desejos de andarem de mãos dadas ante ao perigo que isso representa. Mas, quando decidem fazê-lo, demonstram que o fato é também um ato de resistência e coragem.

Na quinta fase, seis pessoas LGBTs e seis héteros são chamados para participar de outro experimento: a "corrida pela dignidade". Na medida em que simples questões, como o direito de namorar em público, o jeito de ser, ou mesmo imaginar a velhice são apresentadas, os participantes devem dar um passo à frente, caso isso não seja reconhecido como um obstáculo na vida deles. No experimento, apenas os LGBTs encontram obstáculos para seguir em frente quando tensionados pelas questões. A partir daí eles relatam experiências negativas vividas em cada uma das situações sugeridas. Em outro momento, se aborda a vontade de ter filhos e constituir família com depoimentos de LGBTs que não podem expressar esse tipo de desejo. A questão da herança e a documentação do filho de duas mães, não reconhecidas como legais pela justiça, são outros desafios no caminho da comunidade. A rejeição de si e até a tentativa

de autoextermínio é apresentada como atitude decorrente da exclusão social dos LGBTs. Essa rejeição afeta diretamente a confiança que eles deveriam obter nas relações primárias, pois elas consistem em ligações emotivas fundamentais e a falta do amor dificulta a inserção dos sujeitos no mundo. Conforme entendemos em Honneth, o afeto na relação primária dá suporte e encorajamento afetivo para que o indivíduo seja capaz de desenvolver a relação intersubjetiva, gerando confiança e satisfação social nas demandas provenientes da carência humana. As situações de maus-tratos ferem de modo duradouro a confiança apreendida através do amor, com reflexos na capacidade de coordenação do próprio corpo e a consequente perda de confiança em si e no mundo. (Honneth, 2003).

No final do quinto momento, a apresentadora aborda os resultados de uma pesquisa que aponta a família e o trabalho como os principais valores para os brasileiros. No entanto, os protestos contra o casamento gay, a negação de trabalho aos LGBTs e o modo como são julgados pela sociedade demonstram a incoerência afirmada nesses valores.

“Quem é que decide quem pode ter uma família ou não?” (Pantaleão, 2024). A indagação abre a sexta fase do programa, que retrata a importância do acolhimento da construção de saídas. Experiências positivas de apoio familiar e a importância do amor são mostradas como aproximações necessárias, incentivando o espectador a buscar apoio. Experiências como a casa de acolhimento, instituída por Shirley Padilha, é um desses lugares destacados no programa. Vários depoimentos de apoio a esta iniciativa são indicados, demonstrando que a casa é como se fosse uma família, divulgando as formas de ajuda e colaboração possíveis com esse tipo de iniciativa.

Na sétima e última fase do programa, a história de dor, luta e resistência, brevemente explorada, se inicia com a fala de Erika Hilton, deputada do PSOL: “Nós queremos espaços dignos na sociedade, nós somos livres e podemos ser do jeito que queremos!” (Hilton, 2024). Outros depoimentos de personagens célebres, conhecidos do grande público, se sucedem: Daniela Mercury, Ludmilla e Lulu Santos ressaltam o orgulho e o direito de se libertarem de padrões inventados. Os espectadores são convidados a reverem seus conceitos, porque eles não estão dispostos a mudar. Outros personagens que apareceram durante o programa retornam, falando do orgulho que têm daquilo que fazem, afirmando a construção de um legado para todas as pessoas LGBTQIA+. Por fim, a mãe que perdeu o filho apela aos pais para que eles não sejam os agressores de suas crias. O papel das mães novamente é destacado numa relação de apoio e afeto, fonte de aprendizado e orgulho para elas também.

No encerramento, Thiago Pantaleão, que diz viver de música, afirma que a revolução LGBTQIA+ é pelo amor. Outras falas de orgulho são mostradas e a canção encerra a apresentação em que se destaca: o amor como coisa de gente valente, a busca de uma guerrilha da concórdia e a recusa do ódio, visto como o refúgio dos covardes. O importante é afirmar o amor e o orgulho do que estão

se tornando na elaboração de suas histórias. Apesar de reconhecer que o desrespeito é o primeiro impulso para resistência social, o programa enquadra o conflito em limites aceitáveis pela perspectiva liberal da emissora. O horizonte é uma guerra pelo reconhecimento formado no consenso, não um conflito acirrado, conforme se observa nas tensas lutas contra o sofrimento e as várias formas de humilhação sofridas por esses sujeitos. Quando o desrespeito cria uma motivação para resistência política, ele também se torna a base de um movimento capaz de generalizar seus objetivos além das interações individuais para uma luta coletiva com outros desdobramentos. (Honneth, 2003). Dessa forma, observamos o programa em seu conjunto, e a seguir trabalharemos com os três eixos de análise: no primeiro, serão contemplados o diagnóstico, o afeto e a solidariedade, no segundo: a noção de direito e, por fim, no terceiro eixo, a crítica e o reconhecimento.

■ O DIAGNÓSTICO, O AFETO E A SOLIDARIEDADE

A narrativa do programa *Falas de Orgulho*, construída em torno das experiências da comunidade LGBTQIA+, pode ser examinada criticamente através da Teoria do Reconhecimento na perspectiva de Honneth (2003). Neste primeiro eixo de análise, focamos nos seguintes aspectos: como o programa diagnosticou os problemas enfrentados pela comunidade, como promoveu o afeto e encorajou a solidariedade, e quais as limitações e desafios presentes nessa representação midiática. Honneth (2003) argumenta que o reconhecimento é vital para a formação da identidade e a autoestima dos indivíduos. No entanto, no contexto proposto em *Falas de Orgulho*, é necessário questionar como o programa ultrapassa a superficialidade dos relatos e modula sua compreensão sobre as lutas por reconhecimento.

O diagnóstico, para o autor, refere-se à capacidade de identificar e nomear as formas de desrespeito e exclusão social que determinados grupos enfrentam. Em *Falas de Orgulho*, a apresentação de histórias pessoais e coletivas permite uma visibilidade das diversas formas de opressão e discriminação vividas pela comunidade LGBTQIA+. Através de depoimentos e narrativas, o programa diagnostica as práticas sociais e institucionais que perpetuam a marginalização, fornecendo um quadro de adversidades enfrentadas e destacando a necessidade de mudanças comportamentais. Embora o programa ofereça um diagnóstico das dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBT, questiona-se a insuficiência da exposição midiática no reforço das mudanças estruturais, ou mesmo a demasiada simplificação das questões arroladas essencialmente em narrativas emocionais.

O afeto é mais uma dimensão crucial para o reconhecimento, pois estabelece uma base emocional de aceitação e valorização mútua. No contexto do programa, as histórias compartilhadas não apenas expõem as dificuldades, mas também ressaltam as relações afetivas que fortalecem os indivíduos e a comunidade como um todo. As interações e os testemunhos demonstram um compromisso com a empatia e o apoio, elementos essenciais para a construção de uma identidade positiva e resiliente. Honneth argumenta que o reconhecimento afetivo é fundamental para o desenvolvimento de uma autoimagem saudável, e em uma produção como *Falas de Orgulho* ela desempenha um papel importante ao proporcionar uma plataforma onde essas relações podem ser vistas e celebradas. Contudo, é importante examinar o afeto como parte de outros processos articuladores das lutas por reconhecimento. A conexão emocional é importante, mas é necessário que ela se desdobre em ações capazes de promover mudanças na cultura, mas também na vida social em relação à comunidade LGBTQIA+.

A solidariedade, como proposta por Honneth, implica um compromisso contínuo em direção à justiça social; envolve o reconhecimento das contribuições individuais e coletivas para a sociedade, valorizando a diversidade como uma riqueza. O programa *Falas de Orgulho* lida com a temática da solidariedade ao mostrar principalmente as conquistas da comunidade LGBT, enfatizando a importância de oportunidades que sejam inclusivas para esses sujeitos. Através do reconhecimento das batalhas diárias e das vitórias, incentiva-se a solidariedade entre os espectadores e os participantes, possibilitando um senso de comunidade e apoio mútuo. Entretanto, a crítica aqui elaborada insiste em pensar sobre as relações circunvizinhas das práticas de solidariedade para fortalecer as lutas pela igualdade nos conflitos contra o desrespeito.

O reconhecimento, nas suas diversas formas, é fundamental para o desenvolvimento da identidade e para a construção de uma sociedade justa. *Falas de Orgulho* traz contribuições para esse debate, porém, não sem objeções. O programa proporciona um diagnóstico sensível das questões enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+, destacando a importância do afeto e da solidariedade. Contudo, é essencial observar seus limites de modo a desafiar as iniciativas produzidas pelas representações midiáticas, considerando que elas não apenas sensibilizam, mas também promovem formas de pensar que interferem nas ações concretas da vida social. A seguir, discutiremos a noção do direito como uma forma de reconhecimento e os limites de sua abordagem no programa.

O PROGRAMA E A NOÇÃO DE DIREITO

A oportunidade reivindicada não é trabalhada como uma noção de direito. Ao contrário disso, ela aparece como resultado de um apelo, capaz de ser alcançado por uma sensibilização da vontade, uma concessão. Seja no direito de ter filhos, registrá-los e constituir família, no acesso ao plano de saúde do cônjuge e na herança, a igualdade questionada a partir da constituição brasileira resulta na demarcação das diferenças entre casais héteros e LGBTs. Nesse sentido, o carinho em público entre os últimos é visto como ato de coragem e resistência, lamentando-se o fato de a sociedade não estar pronta para aceitá-los. Na edição dessas imagens, os contrastes são nítidos. As falas dos casais héteros são iluminadas, centradas em suas perspectivas naturalizadas. Eles reagem até com certo estranhamento a pergunta da repórter sobre a normalidade de suas relações. De modo diferente, os LGBTs são enquadrados em imagens sombrias, com acentuado efeito dramático presente também na sonoridade que acompanha o depoimento desses casais. Cada um deles relata uma desventura diante de uma sociedade que os discrimina e nega seu direito básico de existir, conforme desejam.

O reconhecimento no campo do direito confere ao sujeito a condição de merecedor do respeito dos outros. Por ser uma forma de reconhecimento desligada dos sentidos, conforme entendemos em Honneth, ela depende de uma compreensão cognitiva de relação de igualdade, muitas vezes conquistada com lutas, mesmo que o convencimento e o processo de sensibilização também estejam presentes. No programa, observamos um diálogo que busca testar as convicções formadas a partir de estereótipos e, embora a disposição pela resistência seja anunciada, a maior parte das encenações é construída em argumentos passionais de persuasão.

Pensar as formas de reconhecimento no campo do direito, conforme observa Honneth, é importante, pois sua recusa fere o sujeito, levando-o a um estado de contrariedade capaz de conduzir uma resposta coletiva contra as situações de aviltamento. Quando o direito de todos não é considerado, assim como as demais formas de reconhecimento, ocorre um sentimento de indignação gerador de conflitos que busca restabelecer o respeito. O conflito agiria assim como uma arma necessária para coibir experiências de desrespeito contrárias à privação de reconhecimento. O desrespeito age como um impulso para movimentos de resistência social, tornando-se o motor da luta por reconhecimento. A escolha do programa por uma perspectiva conciliatória torna-se evidente, na medida em que ele não opta por um viés problematizador das ações de luta buscadas por essa comunidade. Em *Falas de Orgulho*, elas são operadas nos limites da institucionalidade. Esses limites, tal qual propostos, não delineiam um quadro reflexivo de experiências capazes de levar a um questionamento sistemático sobre as expectativas de reconhecimento constantemente recusadas. As formas de lesão individuais não são problematizadas ou relatadas como base

motivacional de resistências coletivas. Os danos sofridos por indivíduos isolados são experiências típicas de uma coletividade, capaz de se reconhecer mutuamente e resistir às estruturas sociais opressoras através de movimentos sociais que encampem essas lutas. No programa, há um silêncio diante das práticas e experiências coletivas que podem ser acionadas nesse sentido. As diferentes vivências individuais relatadas não colaboram para enriquecer a representação e a ação coletiva desses grupos, tomando parte nos conflitos contra o desrespeito social.

A CRÍTICA E O RECONHECIMENTO

A escolha por estabelecer o reconhecimento dos LGBTs, essencialmente pelo amor, é retomada e demarca o fechamento de sentido do programa especial, afirmando-se a transformação pela aceitação, sustentada principalmente no núcleo familiar mais íntimo. A afirmação do orgulho é também uma convocação a compreensão da realidade inóspita explorada ao longo do especial. A noção de revolução e rebeldia é encampada em sucessivos apelos que buscam o entendimento do *outro*. O orgulho de si e o apelo por uma guerrilha da concórdia são interpelações representativas dos tensionamentos contidos que o programa elabora.

Das formas de luta por reconhecimento, as relações afetivas isoladas não constituem força suficiente para a resistência social. Elas dependem da articulação de um movimento social, conforme assinala Honneth, em que a experiência de desrespeito motiva e constrói ações resilientes. Para o autor alemão, o amor, no qual a produção global funda seu principal argumento, por si, não contém experiências morais capazes de estabelecer o reconhecimento. A coletividade disposta a agir é fundada numa semântica comum, capaz de partilhar e articular intersubjetivamente um quadro reflexivo de experiências morais contrárias às normas e comportamentos arraigados na vida social. A formação dos movimentos sociais é parte essencial dessas lutas, na medida em que eles são forjados em experiências de desapontamento de expectativas que afetam não apenas o indivíduo, mas a ampla coletividade a que pertence. Tomando como referência a abordagem proposta por Honneth, entendemos que o programa trabalha prioritariamente uma das formas de reconhecimento, limitando o alcance dos seus objetivos de abrir horizontes e oportunidades para a comunidade LGBTQIA+.

Indo além da abordagem de Honneth, assinalamos ainda outras perspectivas que tornam a produção global ainda mais restrita, considerando a inserção social desses grupos. Em diálogo crítico sobre a abordagem de Honneth, Safatle (2015) questiona o próprio reconhecimento, apresentando-o

como um conceito compensatório, dada a impossibilidade dele não considerar as políticas de luta radical contra a desigualdade. No entendimento do autor, o reconhecimento elabora a crítica no limite do que a ordem capitalista aceita, deixando intocadas as condições de hegemonia do sistema mundial. É evidente que essa também não seria uma escolha da produção audiovisual aqui analisada, uma vez que nem mesmo dimensões mais modestas foram reivindicadas pelo programa. Embora fale dos problemas enfrentados pelos LGBTs, em momento algum as condições materiais para formar as identidades relatadas são discutidas. Negligencia-se o fato de que as lutas por redistribuição são fundamentais para afirmar as condições materiais que garantiriam a formação da identidade. Essa dimensão é tão importante que, o próprio Honneth, provocado por esse questionamento, passou a defender que as injustiças de redistribuição também devem ser tratadas como forma de desrespeito social, conforme destaca Safatle em sua crítica.

O autor brasileiro critica ainda a possibilidade de psicologização das demandas sociais, pois, segundo ele, elas podem conduzir respostas terapêuticas de acolhimento às demandas políticas apresentadas. Em *Falas de Orgulho*, a expressão do acolhimento é encadeada e ressaltada nos diferentes discursos elaborados como o principal aspecto presente na superação dos problemas e soluções apresentadas pelas vozes presentes no programa. O apelo ao entendimento e a política de tolerância ativa é outro ponto caro ao debate crítico sobre a teoria do reconhecimento. No arcabouço honnethiano, essa política é vista como limitada por seus críticos, pois ela constrói “[...] um campo de diferenças toleráveis, o que alimenta o fantasma perpétuo da diferença intolerável” (Safatle, 2015, p. 99). As fronteiras de um discurso delimitado, assim como assinalamos na programação, expõem as insuficiências de uma abordagem que incorpora o debate da afirmação das identidades apartado da relação com as causas e as possibilidades de sua superação.

Por fim, em outro debate crítico sobre a teoria do reconhecimento, Nancy Fraser (2003) contribui para alargar a apreciação elaborada no programa da TV Globo. Ao afirmar o dualismo entre redistribuição e reconhecimento, Fraser propõe o entendimento sobre o necessário reforço mútuo entre ambos. A autora estadunidense reconhece que a igualdade econômica, por si, não é condição para o reconhecimento social, mas sem ela não é possível criar condições mínimas de igualdade e respeito mútuo. Por ocorrer num contexto de desigualdade material acentuada, as lutas por reconhecimento devem combinar enfrentamentos por justiça econômica e cultural simbólica. As lutas de gênero e raça apresentam dimensões econômicas e políticas que estruturam a vida social, portanto, são dependentes ainda de reparos contra a injustiça distributiva. Como parte do programa dessas lutas, são necessários os remédios afirmativos, presentes em políticas sociais reparatórias que, ainda assim, não rompem com a estrutura da sociedade geradora de desigualdades e desrespeito social. Na visão de Fraser, os remédios transformativos, esses sim, poderiam desconstruir a estrutura social desigual, possibilitando sua superação.

Enfim, todos esses debates em torno do reconhecimento, mesmo nos limites em que eles ocorrem, estão distantes da produção da TV Globo. Nela, apenas uma das formas de reconhecimento propostas por Honneth é ressaltada, esquivando-se de outras implicações decorrentes dessa luta. Conforme assinalamos, podemos até considerar um ganho a ocorrência desse debate numa televisão aberta, na medida em que ele não esteve presente anteriormente. Mas é importante ponderar sobre suas escolhas (o que as imagens revelam) e suas recusas (o que as imagens omitem), evidenciando os aspectos que organizam o debate negligenciado em torno dessas lutas. A crítica que propusemos aqui pretende enfrentá-los, desconstruindo as molduras desse quadro em favor da complexidade que envolve as lutas por reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDISSERA, Rudimar. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, M.M.K. (org.). Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processo. v.1. São Paulo: Saraiva, 2009, p.135-164.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. Formato: epub. Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions. ISBN 978-85-7559-508-4.
- FERRARI, Maria Aparecida; CABRAL, Raquel. Comunicação intercultural e interseccionalidade: breve reflexão sobre as perspectivas e desafios da diversidade nas organizações. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 13., 2019, São Paulo. Anais... São Paulo: Abrapcorp, 2019.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós socialista. Cadernos de campo. São Paulo, nº 14 e 15, 2006.
- HALL, Stuart. A estereotipagem como prática de produção de significados. In: Cultura e representação. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HILTON, Érika. FALAS de Orgulho. Direção: Antônia Prado. Produção: TV Globo. Rio de Janeiro, TV Globo, 2024.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MARQUES, Ângela Salgueiro; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Configuração do campo da Comunicação Organizacional no Brasil: problematização, possibilidades e potencialidades. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38., 2015, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

NEUBARTH, Leilane. FALAS de Orgulho. Direção: Antônia Prado. Produção: TV Globo. Rio de Janeiro, TV Globo, 2024.

O ESPECIAL. Leilane Neubarth apresenta o ‘Falas de Orgulho’ deste ano. Disponível em <https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/leilane-neubarth-apresenta-o-falas-de-orgulho-deste-ano.ghtml>. Acesso em 17 de junho de 2024.

PANTALEÃO, Thiago. FALAS de Orgulho. Direção: Antônia Prado. Produção: TV Globo. Rio de Janeiro, TV Globo, 2024.

PROJETO. Projeto Falas. In: TV Globo Wiki. Disponível em https://tvglobo.fandom.com/pt-br/wiki/Projeto_Falas. Acesso em 17 de junho de 2024.

SAFATLE, Vladimir. Por um Conceito “Antipredicativo” de Reconhecimento. Lua Nova, 94: 79-116. São Paulo, 2015.

SILVA, T. T. da. A. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

Filme

FALAS de Orgulho. Direção: Antônia Prado. Produção: TV Globo. Rio de Janeiro, TV Globo, 2024.